

O - Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e Populações Extrativistas

A descrição dos aspectos que caracterizam as etnias indígenas, que historicamente ocuparam o território atualmente composto pelos municípios das Áreas de Influência das atividades, vem em atendimento ao item constante do Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 013/07 que orienta este Estudo de Impacto Ambiental. Entretanto, destaca-se que a Ampliação das Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Campo de Marlim Leste, Módulo II, na Bacia de Campos não influenciam as áreas continentais remanescentes da ocupação dos antigos povos nesta região.

O principal fator que agregava os grupos indígenas era a língua. Segundo os registros etnográficos para o litoral norte fluminense, os grupos que habitavam a Área de Influência das atividades eram pertencentes aos troncos lingüísticos Tupi e Jê (Marconi, 1998).

Na área em estudo, foi identificada a presença dos grupos Tamoio e Goitacá, pertencentes ao tronco lingüístico Tupi. O termo tupi-guarani *Tamuya*, *Tamoyo* ou ainda *Tamuja* (Tamoios) significa "o avô, o mais velho, o mais antigo". O significado exato do termo tupi-guarani *Goytaca* ou *Guataca* ainda encontra-se controverso. Para uns, significa "corredores da mata"; para outros, "índios nadadores". Estes grupos ficaram conhecidos como os grupos indígenas mais cruéis do território brasileiro.

Entre os grupos pertencentes ao tronco lingüístico Jê, foram identificados os grupos Puri-Coroado e Goitacá, os dois principais grupos indígenas não Tupi que habitaram a região, além dos Botocudo ou Aimoré.

Esses grupos viviam espalhados em aldeias, que variavam de 500 a 3.000 habitantes ao longo de toda a faixa litorânea do Estado do Rio de Janeiro, chegando a se dispersar por algumas áreas serranas do estado, situadas ao longo do rio Paraíba do Sul. Os Goitacá ocupavam a área entre os municípios de Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, estendendo-se até o litoral do Espírito Santo. Os registros etnográficos apontam que a maior concentração desse grupo se deu ao longo da foz do rio Paraíba do Sul, no município de São João da Barra e nas beiras das lagoas da região. Nota-se que,

no território do Estado do Rio de Janeiro, os grupos Koropó, Puri e Coroado apresentavam-se em toda a extensão norte, desde o rio Paraíba do Sul até o rio Itabapoana, tendo mostrado um fluxo entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A origem dos índios Puri-Cororado, segundo Lamego (1974), remonta à união entre os Goitacá e os Coropó. Embora haja uma discussão na comunidade acadêmica até hoje, sobre a real origem desse grupo, há autores que os consideram como descendentes dos Puri, que se mesclaram com os Tupi e os Suruçú, resultante da expansão européia, auxiliada pela expansão dos grupos de língua Tupi, associados com o colonizador europeu. Esses grupos ocuparam toda a região da serra do Rio de Janeiro, até Minas Gerais, chegando a interagir com os grupos que lá viviam.

O registro etnohistórico da região litorânea do Norte Fluminense, observada em Nimuendaju (IBGE/PROMEMÓRIA, 1987), relaciona como tronco lingüístico principal existente na região o Tupi, relacionando às línguas Tamoio, Tupinambá e Tupininkín. Esse tronco apresenta uma dispersão centrada no litoral, mas ocupa quase toda a extensão do território do estado. De acordo com Fausto (2005), os Tupinambá dominavam toda a costa desde o litoral norte de São Paulo até o município de Cabo Frio, no Rio de Janeiro; do Recôncavo baiano à foz do São Francisco, alcançando o litoral da Paraíba até o Ceará, bem como os vales dos rios que deságuam no mar. Segundo estudos arqueológicos, havia cerca de 50 aldeias tupinambás na região em questão, estimando-se uma população que poderia variar de 25.000 a 75.000 habitantes antes da conquista européia.

Outro tronco lingüístico menos expressivo presente na região é o Matakó, oriundo do tronco Macro-Gê com os grupos Puri, Coroado e Koropó. Sua dispersão está centrada na área serrana do estado, em especial, próximo à divisa com Minas Gerais, principalmente entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana. Alguns grupos de línguas isoladas são colocados por Nimuendaju (*op. cit.*) no entorno da região em questão, que são: Sacarú, Xumetó/Pitá, Arary e Guaru. O Quadro II.5.3-97 mostra a situação desses grupos.

Quadro II.5.3-97 - Relação histórica dos grupos étnicos da região das baixadas litorâneas e do norte fluminense.

GRUPO	FAMÍLIA	DOCUMENTAÇÃO	
		DATA DE REGISTRO	SITUAÇÃO
Tupinambá	Tupi	1554-1582	Extinta
Tamoio	Tupi	1597	Extinta
Tupinakí	Tupi	1619	Extinta
Puri	Matakó	1849	Extinta
Koropó	Matakó	1750-1818	Extinta
Coroado	Matakó	1750-1818	Extinta
Sacaru	Isolada	1819	Extinta
Xumetó/Pitá	Isolada	1814	Extinta
Arary	Isolada	1814	Extinta
Guaru	Isolada	1650-1700	Extinta

Fonte: NIMUENDAJU, K. *Mapa Etnohistórico de Kurt Nimuendaju*, Rio de Janeiro, IBGE/PRÓ-MEMÓRIA, 1987.

Registros Atuais**a) Comunidades Indígenas**

Esse panorama, no entanto, foi drasticamente transformado a partir do início da colonização e, conforme apresentado no Quadro II.5.3-97, não existem remanescentes dessas populações que tenham permanecido até os dias atuais.

No estado do Rio de Janeiro, os registros da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2007) apontam para a presença de três áreas indígenas demarcadas, todas elas localizadas no litoral sul fluminense. De acordo com dados obtidos junto ao Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2007), cerca de 590 indivíduos da etnia guarani vivem nestas áreas.

Em relação às fontes consultadas para este estudo, portanto, é possível afirmar que a região que abrange este estudo não possui nenhuma reserva indígena demarcada ou em processo de demarcação registrada atualmente na FUNAI.

b) Comunidades Quilombolas

A denominação quilombo define grupos sociais afro-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou se rebelaram contra o sistema e contra sua condição de cativos, formando territórios independentes.

Uma comunidade quilombola é definida, de acordo com a Associação Brasileira de Antropologia, como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos que vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Dentro das Áreas de Influência Direta e Indireta da atividade existem, ao todo, nove comunidades remanescentes de quilombos, de acordo com informações obtidas junto à Fundação Cultural Palmares (2007). São elas: Conceição de Imbé, Aleluia, Batatal e Cambucá, no município de Campos dos Goytacazes; Preto Forro e Botafogo, em Cabo Frio; Sobara, em Araruama; e Rasa e Rosa, em Armação dos Búzios.

c) Comunidades Extrativistas

O conceito de Comunidade Extrativista ou Comunidade Tradicional é muito amplo e foco de intensos debates na comunidade acadêmica. Podem ser incluídas as comunidades indígenas, assim como outros saberes e modos de vida podem ser inseridos neste conceito. Um deles é o das comunidades caiçaras.

A cultura do pescador tradicional do litoral sudeste pode ser vista como uma subcultura “crioula e cabocla”, decorrente da miscigenação dos elementos indígena, negro e branco (Arnt; Wainer, 2006). Ao longo da história, os caiçaras apresentaram uma forma de vida baseada na agricultura itinerante, na pesca artesanal, no extrativismo vegetal e no artesanato. Essa cultura desenvolveu-se principalmente nas áreas costeiras dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e também é encontrada no litoral do Paraná e no litoral norte de Santa Catarina.

Por desenvolverem atividades relacionadas ao ambiente costeiro, principalmente em relação à pesca artesanal e à coleta de mariscos, essa população pode ser afetada em caso de vazamentos acidentais que possam comprometer a qualidade e quantidade do pescado marinho disponível.

O termo *caiçara* vem da junção dos termos tupi *cáa* (mato) e *içara* (armadilha), palavra usada para identificar as paliçadas em torno de aldeias e roças, associadas à proteção e à sobrevivência.

A pesca artesanal é identificada na Área de Influência Indireta da atividade como uma importante atividade econômica ligada às populações litorâneas. Com exceção dos pescadores artesanais, caracterizados em item específico deste documento, não existem populações extrativistas em toda a região litorânea compreendida pela atividade. Entretanto, observa-se a Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo - RESEX, criada em 1997, onde o recurso manejado é a pesca. Esta Reserva localiza-se entre os municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio, em uma área de 232 ha e se caracteriza pela prática da pesca artesanal, atividade tradicional na região, que tem a finalidade de garantir a exploração auto-sustentável, bem como a conservação dos recursos naturais renováveis, utilizados tradicionalmente pela população extrativista da região (IBAMA, 2007). Cabe acrescentar que a RESEX encontra-se caracterizada neste diagnóstico no item II.5.3 N Caracterização da Atividade Pesqueira.